



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Enio Verri)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a respeito da devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ao Tesouro Nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termo do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações técnicas que fundamentam a decisão de política econômica do Ministério da Fazenda referente a “devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ao Tesouro Nacional”.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal Valor Econômico publicou, na edição de 20 de outubro de 2016, uma matéria de autoria do jornalista Murillo Camarotto intitulada “TCU dá aval à devolução de R\$ 100 bi ao BNDES”.

Conforme expresso no referido texto jornalístico:

“Segundo apurou o Valor, Carreiro aprovou sem ressalvas o parecer técnico, assinado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag). No início desta semana, a área abriu prazo de cinco dias para que os ministérios da Fazenda e do Planejamento, além do BNDES e do Banco Central, se

CD160845547332

CD160845547332



manifestem sobre o assunto. Carreiro pretende incluir o processo na sessão plenária da próxima quarta-feira.”

O conhecimento dos fundamentos técnicos que orientam a decisão de política econômica referente a devolução de recursos pelo BNDES ao Tesouro Nacional é relevante em razão das implicações que uma medida desta natureza pode produzir sobre a capacidade de financiamento do Banco de Desenvolvimento.

Esta decisão assume uma relevância ainda mais expressiva em razão do longo período recessivo atravessado pela economia brasileira. Ambientes macroeconômicos com esta configuração demanda, como atuação prioritária de um banco público de desenvolvimento, políticas orientadas a concessão de novos financiamentos e ou a renegociação de condições de crédito já concedidos para empresas não financeiras.

Atenção especial devem ser reservadas aquelas empresas intensivas em mão de obra e cujos setores passam por situação econômico-financeira marcada por forte adversidade, evidenciada por expressivo grau de endividamento das firmas, no limite, por capacidade de geração de lucros insuficientes para cobrir o pagamento de juros.

Cabe ressaltar que recessões, quando conjulgadas com expressivo grau de endividamento de empresas não financeiras, tornam ainda mais lenta a retomada dos investimentos, a ampliação do número de emprego e o crescimento da renda real das empresas e das famílias.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2016.

Dep. Enio Verri (PT/PR)

CD160845547332

CD160845547332